



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO SOBRE A PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTOJUVENIL

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2026
(DOS SRS. OSMAR TERRA E FERNANDO RODOLFO)

Requer a realização de Audiência Pública desta Comissão com objetivo de debater o aumento expressivo de crimes sexuais contra crianças e adolescentes e as políticas públicas de enfrentamento.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, e 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados a realização de audiência pública no âmbito desta Comissão com objetivo de debater o aumento expressivo de crimes sexuais contra crianças e adolescentes e as políticas públicas de enfrentamento.

Para tanto, propõe-se que sejam convidadas para participar da audiência pública as seguintes autoridades:

- Delegada Rafaella Vieira Lins Parca da Coordenação de Repressão a crimes cibernéticos relacionados ao abuso sexual infanto-juvenil;
- Juíza Vanessa Cavalieri – Juíza de Direito Titular da Vara de Infância e Juventude da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro;
- Delegada Lisandrea Salvariego Colabuono do Núcleo de Operações e Articulações Digitais (Noad) da Polícia Civil de São Paulo;



- Procurador da República George Neves Lodder – do Grupo de Atuação Especial no Combate aos Crimes Cibernéticos e aos Crimes praticados mediante o Uso de Tecnologias de Informação do Ministério Público Federal.

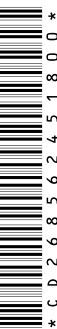
JUSTIFICATIVA

Justifica-se este requerimento diante dos inúmeros registros e operações da Polícia Federal e Polícias Cíveis no Estados.

A delegada Lisandrea Salvariego tem alertado sobre a segurança de crianças e adolescentes no ambiente digital. Em entrevista ao Fantástico, ela destacou que 90% das vítimas de aliciamento que investiga são inicialmente cooptadas em plataformas de jogos online. Ela atua fortemente no combate a crimes como: aliciamento de menores em jogos online; chantagem com fotos íntimas (sextorsão); estupro virtual e crimes digitais.

Quanto o convite para a participação da delegada Rafaella Parca, se deve ao fato de que a Polícia Federal (PF) realizou 1.132 operações policiais em 2025 contra crimes cibernéticos relacionados a abuso sexual de crianças e adolescentes, 6% a mais do que em 2024. Isso equivale a 3 operações por dia, em média. Os casos envolvem produção, armazenamento e compartilhamento de material ilegal na internet com menores de idade. As operações de 2025 resultaram no resgate de 123 vítimas — um crescimento de 24% em relação ao ano anterior.

Em entrevista ao Jornal da CBN, a juíza Vanessa Cavalieri, da Vara da Infância e Juventude Infractional do Rio de Janeiro, afirmou que o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes exige atuação em duas frentes: a responsabilização dos agressores e a prevenção. A magistrada destacou que a maioria dos casos ocorre dentro do ambiente familiar, geralmente praticados por pessoas próximas à vítima. Nesse contexto, a escola tem papel central na identificação e na denúncia dos abusos.



Segundo Procurador George Lodder, as deficiências mais críticas não estão no direito penal material, mas sim no direito processual. Durante participação na audiência pública no Grupo de Trabalho sobre Proteção de Crianças e Adolescentes em Ambiente Digital, o mesmo detalhou os desafios enfrentados por promotores e policiais para obter provas digitais, que são extremamente voláteis.

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputado OSMAR TERRA
(PL/RS)

Deputado FERNANDO RODOLFO
(PRD/PE)





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Infoleg - Autenticador

Requerimento de Audiência Pública

Deputado(s)

- 1 Dep. Osmar Terra (PL/RS)
- 2 Dep. Fernando Rodolfo (PRD/PE)

Apresentação: 14/05/2026 16:04:29.247 - CEXEXPL0

REQ n.4/2026



Para verificar as assinaturas, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD268562451800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Osmar Terra e outros